



Representações dos retirantes das secas do Semiárido nordestino

Representations of droughts emigrants from the northeastern semiarid

José Gomes FERREIRA^{1*}, Anna Lidiane Oliveira PAIVA², Anastácia Brandão de MÉLO³

¹ Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

² Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Serra Talhada, PE, Brasil.

* E-mail de contato: jose.ferreira@outlook.com

Artigo recebido em 21 de abril de 2020, versão final aceita em 27 de setembro de 2020, publicado em 18 de dezembro de 2020.

RESUMO: As mudanças climáticas e as projeções no sentido do seu agravamento no Nordeste aumentam as preocupações quanto às repercussões no meio ambiente, na economia e na vida das comunidades. Entre os impactos sociais mais estudados destacam-se as migrações, temporárias ou permanentes, que integram os chamados refugiados climáticos. O semiárido nordestino é uma vasta região do território brasileiro historicamente exposta às condições severas do clima seco, em que longos períodos de estiagem obrigavam o sertanejo a refugiar-se em grandes cidades do litoral em busca de sobrevivência. O chamado de retirante, ou flagelado da seca, é o elemento mais fragilizado na hierarquia social e aquele que mais depressa é afetado pela ausência prolongada de chuvas na região. O artigo analisa as representações sociais dos emigrantes sertanejos por meio de bibliografia científica, mídia e literatura, buscando melhor conhecer esse fenômeno e contribuir para a resiliência das comunidades em um contexto de agravamento dos fenômenos climáticos extremos. Os resultados encontrados foram as diversas representações dos emigrantes nordestinos, o preconceito, os impactos das secas, o drama social e político, as relações de dominação, a memória de um povo e a necessidade de políticas públicas estruturantes.

Palavras-chave: mudança climática; refugiados climáticos; retirante; seca; semiárido.

ABSTRACT: Climatic changes and their projections of worsening in the Brazilian Northeast increase concerns about the impact in the environment, economy and the lives of communities. Among the most studied social impacts are the temporary or permanent migrations that integrate what is called climatic refugees. The semiarid Northeast

is a vast region in the Brazilian territory that suffers with severe conditions caused by the dry climate, with long periods of drought that obligates people to refugee in the largest cities of the seaside to survive. This Brazilian northeastern, or drought victim, is the most fragile in the social hierarchy and who is most quickly affected by the regular lack of rains in the region. This article analyzes the social representations of northeastern emigrants based on scientific literature, media and literature, aiming to understand this phenomenon and to contribute to the resilience of communities in a context of worsening of this extreme climatic phenomenon. As a result, it finds various northeastern emigrant representations, prejudice, drought impacts, social and political drama, relationships of domination, people memory and their needs of organizing public policies.

Keywords: climate change; climate refugees; “retirantes”; drought; semiarid.

1. Introdução

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a preocupação com as mudanças climáticas vem assumindo relevância política, científica e socioeconômica. As projeções sucessivamente elaboradas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) e por cientistas de diversas universidades apontam para uma subida generalizada da temperatura e para o aumento de eventos extremos associados à maior ocorrência de desastres naturais, em particular inundações e secas, as primeiras associadas à precipitação forte e frequente em muitas regiões, podendo vir acompanhada de ciclones tropicais; as segundas em resultado da escassez prolongada dessa precipitação, se associando a ondas de calor e estresse hídrico (IPCC, 2019; Cunha *et al.*, 2019; UNESCO, UN-Water, 2020).

As mudanças climáticas têm interferido substancialmente sobre a produção energética, a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico, o que gerará impactos nos sistemas naturais e humanos – saúde, segurança alimentar, abastecimento de água – colocando em risco populações com maiores dificuldades no acesso a recursos,

como exemplo, alguns povos indígenas e comunidades locais dependentes da agricultura de autoconsumo, com perspectiva do aumento da pobreza entre as comunidades socioambientalmente mais vulneráveis. Assim, as mudanças climáticas têm aumentado as desigualdades sociais e os impactos sociais se refletem na progressão demográfica, nas relações interpessoais, na justiça socioambiental e na emergência de novos conflitos em face da escassez e da desigualdade no acesso aos recursos naturais (IPCC, 2019; UNESCO, UN-Water, 2020). Um dos impactos sociais da mudança climática diz respeito às migrações temporárias ou permanentes, forçadas pela ocorrência de fenômenos climáticos, com consequências no aumento do número dos chamados “refugiados climáticos”, cuja resposta pode ser encarada como adaptativa no contexto das políticas climáticas (Roy *et al.*, 2019).

No semiárido brasileiro, as condições climáticas têm repercutido sobre o desenvolvimento da região, sobre a divisão da propriedade fundiária e as formas de dominação. Para um futuro próximo, as projeções climáticas indicam que vão se intensificar as dificuldades de acesso à água, com aumento da frequência de secas, chuvas torrenciais e concentradas em curto espaço de tempo, assim como a perda na biodiversidade do bioma caatinga, o aumento dos riscos de erosão e desertificação e os impactos

na produção agropecuária (Cunha *et al.*, 2019). Em consequência disso, é igualmente previsível um aumento no deslocamento da população para as grandes cidades ou áreas possíveis de desenvolver agricultura irrigada, originando “refugiados ambientais” e aumentando os problemas sociais já existentes nos grandes centros urbanos do Nordeste e do Brasil (Marengo *et al.*, 2016).

O fenômeno dos refugiados climáticos não é novo no país. No semiárido nordestino, o flagelado da seca, o retirante, como é conhecido, perpassa o tempo. No novo cenário, deve ser entendido sob novas perspectivas. A construção da imagem do refugiado ambiental enquanto parte de um grupo de pessoas que têm suas relações de vida e sobrevivência afetadas por diferentes eventos climáticos, e que se deslocam voluntária ou forçadamente das regiões em que vivem, revela semelhanças para o caso dos retirantes nordestinos, pois ambos carregam consigo uma imagética mística e a cultura envolta da estruturação socioeconômica da região de origem.

O emigrante nordestino, chamado de retirante pela narrativa regional, pelas instituições, pesquisas e mídias ao longo dos séculos, segue, também, como consequência da seca enquanto problema social e político, e não apenas climático. O artigo tem como objetivo ampliar a discussão em torno do perfil dos retirantes no semiárido nordestino, que podem ser considerados refugiados de eventos climáticos, buscando, em primeiro lugar, reconstruir as representações na mídia estadual, em documentos oficiais, nas pesquisas científicas e narrativas de autores locais. Em segundo lugar, queremos dar visibilidade ao problema e recuperar histórica e socialmente os retirantes ou flagelados das secas. Desse modo, estamos contribuindo para recolocar o retirante no debate atual sobre as alterações climá-

ticas e refugiados ambientais, além de auxiliar na construção da resiliência das comunidades.

Nesse sentido, o artigo busca identificar e analisar as principais representações e políticas de acolhimento para os emigrantes nordestinos, a partir de diversas fontes de informação, com destaque para a imagem do retirante na mídia regional e na literatura nordestina, assim como a resposta por meio das políticas públicas. Desse modo, faremos uso de diversas fontes no desenvolvimento da pesquisa, com destaque para obras científicas, bem como relatos jornalístico-científicos, por vezes no cruzamento com posicionamentos políticos, incluindo-se no primeiro caso *Os sertões*, de Euclides da Cunha (2016), e no segundo *O calvário das secas*, de Eloy de Souza (1909). Recorremos igualmente à literatura regionalista e a um dos principais romances de Rachel de Queiroz – *O Quinze* (1948), bem como a outras obras que retratam a fuga dos retirantes na primeira pessoa, por vezes de forma romanceada, se destacando *Memórias de um retirante*, de Raimundo Nonato (1957) e *Os retirantes*, de José Patrocínio (1889). Ainda na literatura usamos a poesia por representar o consciente coletivo da imagem do retirante, no que incluímos um extrato de *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (2010) e o poema *Asa Branca*, de Luís Gonzaga e Humberto Teixeira (1947). Reforçamos a coleta de informação a partir dos registros sobre o tema no arquivo digital do jornal *Diário de Natal* (1939 a 1989) do Rio Grande do Norte, presente na Hemeroteca Digital Brasileira, e diversos documentos em arquivos, principalmente na Biblioteca Central e Núcleo Temático Seca-Semiárido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e documentos privados.

O artigo inicia com a discussão sobre refugiados e mudanças climáticas, abordando a pluralidade

de referências em redor do conceito e apresentando as migrações da população entre os impactos provocados pelas mudanças climáticas. Em seguida, o texto se concentra especificamente no debate sobre o histórico das secas do Nordeste brasileiro e sobre a figura do retirante como emigrante fugido da tragédia das secas. Será dado destaque à resposta gradual das políticas públicas, assim como às representações sociais do retirante presentes na literatura nordestina e na mídia regional a partir dos resultados da pesquisa. O texto finaliza com as considerações sobre o contexto histórico vivenciado pelos retirantes das secas e as mudanças climáticas.

2. Refugiados e mudanças climáticas

Os desastres ambientais e mais especificamente os climáticos colocaram no topo da agenda internacional o debate sobre o problema dos refugiados ambientais. O tema carece de pesquisa aprofundada, não somente designadamente quanto ao impacto nos países de origem e naqueles que, temporariamente ou de forma mais prolongada, são países ou territórios de acolhimento. Conceitualmente, o significado de refugiado ambiental encontra diversas denominações, que em geral conduzem ao mesmo. A literatura sobre a temática da mudança climática fala sobre “refugiados do clima”, “refugiados climáticos”, “refugiados ambientais”, “refugiados ecológicos”, “migrantes do clima”, “migrantes climáticos”, “migrantes ambientais”, “deslocados do clima”, “deslocados ambientais”, “ecomigrantes”, ou seja, “pessoas

ambientalmente deslocadas” que podem ocasionar migrações internas ou internacionais, temporárias ou permanentes, e em situação de vulnerabilidade social, econômica e política, obrigados a deixar sua morada por motivos ambientais, e neste particular climáticas, que representam riscos e ameaças para a vida (Brito, 2016; Claro, 2018; Pacífico & Araújo Neto, 2018).

Do ponto de vista do monitoramento e resposta ao problema dos refugiados, o tema tem merecido atenção internacional, fazendo parte da agenda de preocupações do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, assim como de organizações independentes ou vinculadas a governos. Uma dessas entidades é o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), que desde 1998 é parte integrante do Norwegian Refugee Council (NRC), de cujo trabalho se destaca a publicação anual do GRID - *The Global Report on Internal Displacement*¹, um relatório sobre populações deslocadas nos diversos países e por variadas razões. Seu último relatório, com dados referentes a 2018, contabiliza 28 milhões de novos deslocados em 148 países e territórios, separando os refugiados por motivos de conflitos (10,8 milhões) e por motivo de desastres (17,2 milhões).

Em 2018, Filipinas, China e Índia contabilizaram cerca de 60% destes deslocamentos forçados, mas outros países merecem igualmente referência. Por tipologia de deslocamento, destacamos: as Filipinas (desastres 188.000; conflitos 3.802.000), a China (desastres 3.762.000; sem informação de conflitos), a Etiópia (desastres 296.000; conflitos 2.895.000) e a Índia (desastres 2.675.000; conflitos

¹ O relatório de 2019 encontra-se disponível em <<https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2019/>>. O acesso a relatórios de anos anteriores está disponível em <<https://www.internal-displacement.org/global-report/>>.

169.000). Os dados desagregados por tipologia permitem observar que conflitos incluem conflitos armados, violência comunitária, violência política, violência criminal e outras. Em 2018, destacaram-se os conflitos armados (4,9 milhões de deslocados) e a violência comunitária (4,2 milhões de deslocados). Os desastres se desdobram em um segundo nível, que inclui: temperaturas extremas, deslizamentos de terra, incêndios florestais, secas, ciclones, furacões e tufões, tempestades, outras tempestades, cheias, movimentos de terra, tempestades de areia, sismos, erupções vulcânicas. No ano em referência, o GRID destaca entre os desastres as tempestades (9,3 milhões de deslocados), os ciclones, furacões e tufões (7,9 milhões de deslocados). As secas obrigaram ao deslocamento de 764.000 pessoas. No Brasil o relatório contabiliza 86.000 deslocados por desastres que, ao que tudo indica, se referem majoritariamente às comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineração em Mariana, Minas Gerais (IDMC, 2019).

A inclusão dos refugiados na categoria ambientais ou climáticos merece o comentário de Ojima *et al.* (2014). Os autores encontram dificuldade em quantificar este tipo de migrações na perspectiva ambiental, colocando que a hipótese dessa dificuldade se deve ao fato de este ser “o posicionamento político” que os defensores do termo “refugiados ambientais” buscam destacar, perante “a necessidade de dar maior atenção aos fatores ambientais”. No caso nordestino, afirmam que “a emigração nordestina para outras regiões do país sempre teve estreita ligação com os fatores ambientais” (Ojima *et al.*, 2014, p. 151).

O artigo não busca essas explicações, mas constitui um argumento para melhor se conhecer o fenômeno dos retirantes das secas, sobretudo em

contexto de calamidade, em que buscam auxílio em grandes cidades, regressando aos municípios de origem, podendo alguns partir em busca de novas oportunidades. Com base na discussão sobre a resposta à mudança climática, apresentamos a temática do retirante ou do refugiado climático nordestino, quer como “mitigação de ameaças de escassez de recursos” (Correia & Ojima, 2018, p. 179), quer como resposta adaptativa no contexto das políticas climáticas, assim como mecanismo de adaptação às mudanças climáticas que depende das estratégias dos grupos sociais, se pertencem à elite proprietária ou a grupos vulneráveis da população que não dispõem de mecanismos de adaptação aos sistemas produtivos. Temos assim que a mobilidade não é apenas uma resposta à emergência social e climática de determinado momento, “é medida pela capacidade de adaptação da população, que por sua vez é condicionada por fatores políticos, institucionais, sociais e culturais” (Barbieri, 2011, p. 108).

Para melhor se entender o fluxo migratório nordestino e a vulnerabilidade das populações quando expostas a secas identificamos, a partir da literatura sobre o tema, três categorias de “refugiados ambientais”: i) os que foram deslocados temporariamente devido a eventos ambientais e que provavelmente vão regressar; ii) os que foram deslocados de forma permanente devido a mudanças permanentes de seu habitat; e iii) os que se deslocam permanentemente em busca de melhor qualidade de vida em face a degradação progressiva em seu território (Marques & Oliveira, 2016; Sales & Oliveira, 2019). A última categoria é indissociável das dificuldades em desenvolver a região e da procura de autonomia dos trabalhadores em face da elite proprietária regional (Oliveira, 2008).

A discussão também se coloca quanto ao fato de serem migrações internas e ao estatuto jurídico destes refugiados. Quanto ao primeiro tópico, não é clara a exclusão dos refugiados ambientais internos da categoria de refugiados, porém, não passando a ocupar territórios de outros países, continuam gozando do direito de cidadania brasileira em tudo o que isso implica. Relativamente ao segundo aspecto, a partir de Claro (2018) e outros autores, Sales & Oliveira (2019) chamam a atenção para o fato de, apesar da origem do termo “refugiados ambientais” ter sido cunhada por Lester Brown, do World Watch Institute, em 1970 e ser aceita a partir daí pelas instituições internacionais, existem ainda lacunas no direito internacional na abordagem do problema, a tal ponto que “a categoria ‘refugiado ambiental’ não possui enquadramento técnico e jurídico no direito internacional dos refugiados” (2019, p. 28). Ainda assim, aplicam-se, entre outras, a Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado de 1951 e as Convenções de Direitos Humanos, assim como o princípio de não devolução, o que impede a expulsão dos refugiados ambientais dos países de abrigo. Desse modo, a classificação dos retirantes como refugiados ambientais está dependente de questões do ordenamento jurídico internacional, no sentido de definir o tipo de proteção e se o fato de se tratar de um fluxo interno se enquadra igualmente. Todavia, carregam consigo o peso de serem deslocados, geralmente de territórios densamente povoados e pobres. Mostramos mais adiante, com recurso a diversas fontes, que os próprios sertanejos eram pejorativamente chamados de “flagelados”, que “invadiam” os grandes centros urbanos como “desocupados” que se tornavam uma “ameaça” à “ordem” e à higiene (Marques & Oliveira, 2016, p. 975).

3. Secas e representações dos retirantes do Nordeste brasileiro

Desde a chegada dos portugueses o problema das secas no semiárido nordestino é conhecido. Vários naturalistas, jornalistas e pesquisadores percorreram a região e deixaram um importante testemunho dos períodos conturbados pelas secas. As estiagens anuais fazem parte do ciclo climático do semiárido, no entanto, a prolongação do seu período não tem calendário marcado, afeta a economia e o modo de vida das populações, que ao longo da história se viram obrigadas a largar tudo para pedir socorro numa tentativa de sobrevivência. A ausência de chuvas ou a chamada seca verde provocou ciclos de emigrantes nordestinos, deixando os sertões desertos de gente, deslocando-se para os grandes centros urbanos ou buscando migrar em anos normais para assim antecipar o período de escassez.

O debate sobre as origens do retirante identifica a crucial necessidade de sobrevivência ante o ímpeto das condições climáticas, coincidindo o relato do deslocamento do sertão para o litoral com o aprofundar da seca praticamente a partir chegada dos portugueses à região (Cunha, 2016), em fluxos direcionados às grandes cidades, alterando as relações sociais nos territórios. O emigrante nordestino tem suas marcas socioculturais enfatizadas, no imaginário nacional, pela mídia impressa, literatura e arte, e que Eloy de Souza (1909, p. 170) afirmava ser “aplicada a milhares de compatriotas tangidos pelo inominável flagelo da seca dos sertões nordestinos” e que em cada seca se deslocavam para as cidades do litoral e para o norte e sul do país. Afirmando que, apesar do trabalho promissor realizado durante décadas, “a palavra retirante circulará, sabe Deus

até quando, para o martírio dos homens de coração” (Souza, 1909, p. 170).

A literatura sobre o tema mostra que as secas na região vão além do fenômeno meteorológico, é um problema social (Menezes, 1970), tendo em vista que a região semiárida do Nordeste Brasileiro é a mais populosa do mundo, com características peculiares, como a desigualdade social e o alto percentual de pobreza, e por carregar durante a sua trajetória o controle e o poder sobre a água e a política exercida pelos coronéis, que detinham o conhecimento político sobre quais áreas seriam beneficiadas com projetos de açudes e barreiros (Menezes, 1970). Pelo que, temos aqui matéria para questionar se o deslocamento das pessoas se deve a razões ambientais, em concreto climáticas, ou a razões sociais de maior peso e que vão de encontro ao debate sobre o fracasso nas tentativas de desenvolvimento do Nordeste focados na resposta aos problemas climáticos (Marengo *et al.*, 2011; Marengo, Torres & Alves, 2016; Correia & Ojima, 2018; Ferreira, 2019).

A saga dos retirantes expõe os limites da condição humana e representa igualmente o desagregar da ordem senhorial brasileira, na medida em que a região se viu sem sua força de trabalho, conduzindo em muitos casos à desestruturação das propriedades, com a agravante do homem pobre habituado à vida simples do campo ser obrigado a se adaptar aos novos contextos, acabando por aumentar os problemas sociais nas cidades receptoras (Neves, 2001). Ainda assim, por “apego do nordestino à terra natal”, “o nordestino enxotado pela seca para terras longínquas passada a calamidade retorna ao torrão natal” (Souza, 1909, p. 173). Sobre o tema, Euclides da Cunha afirmava em 1903: “Passam-se meses. Acaba-se o flagelo. Ei-lo de volta. Vence-o

saudade do sertão. Remigra. E torna feliz, revigorado, cantando; esquecido de infortúnios, buscando as mesmas horas passageiras da ventura perdida e instável, os mesmos dias longos de transe e provações demoradas” (Cunha, 2016, p. 138-139). Também Raimundo Nonato (1957) fala do desamparado dos vizinhos, porém conta que não regressavam todos.

Importa ainda resgatar o vínculo das gerações passadas com determinado lugar a partir das narrativas daqueles que são os guardiões da memória, que, ao narrar a história do grupo, dão continuidade ao lugar na memória das gerações presentes (Alencar, 2007). De outro lado, ao trazer essa aprendizagem e reforço da relação entre memória e lugar, e os espaços simbólicos e culturais, para o contexto de mudança, busca-se contribuir por meio desse resgate para fortalecer a resiliência e o conhecimento sobre possíveis impactos e respostas. Sabe-se que o agravamento da seca provocará êxodo das populações e a conseqüente migração, agravando os problemas das localidades de acolhimento, e que as populações tradicionalmente mais vulneráveis e menos capacitadas para enfrentar este e outros problemas vão ser as mais afetadas (Marengo *et al.*, 2016).

Por outro lado, a seca foi o principal problema que impulsionou a saída da região. Ojima *et al.* (2014) argumentam que em grande parte essa diáspora está relacionada ao contexto econômico e produtivo em um período em que, de um lado, se assistiu à decadência da economia baseada no complexo pecuária-algodão-subsistência e, de outro, ao desenvolvimento de cidades e regiões com grandes exigências de mão de obra. Apresentam como exemplos o ciclo da borracha na região Norte do país no início do século XX, a construção de Brasília na

década de 1950 e o processo de industrialização do Estado de São Paulo na década de 1960, que coincidem com grandes secas e correspondem a “uma crescente demanda de mão de obra em regiões polarizadoras que atraíram migrantes nordestinos ao longo da história” (Ojima *et al.*, 2014, p. 155).

3.1. Políticas públicas de apoio ao retirante

A resposta à situação de emergência das comunidades se resumiu durante décadas ao auxílio às vítimas de forma assistencialista e limitado à atribuição de esmolas e alguns produtos recolhidos em peditórios particulares. O auxílio federal poderia demorar meses a chegar, registrando enormes atrasos, agravados por desvio e roubo dos produtos. Até a Grande Seca de 1877-1879 não havia nenhuma política pública de suporte, apenas apoio assistencialista com base em peditórios realizados nas grandes cidades. O deslocamento da população das cidades afetadas levava ao seu esvaziamento e ao esvaziamento do sertão (Cunha, 2016). Por outro lado, o estigma e o tratamento desta massa de gente não favoreciam o apoio em situações de carência. Eloy de Souza denuncia o tratamento dos retirantes durante esta seca, em que “eram por muitos consideradas criaturas desprezíveis e como tais perseguidas e enxotadas do convívio dos afortunados” (Souza, 1909, p. 171). A coleta de mídia mostra que a fome, a morte, a doença – entre as quais o tifo e a tuberculose – e a criminalidade somavam-se aos problemas dos retirantes.

Em decorrência da seca de 1877-1879, em visita ao Ceará o imperador afirmou: “Não restará uma joia da Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome” (Maciel, 1983, p. 7). A Grande Seca

impulsionou a organização de respostas regionais ao problema, colocando parte dos homens na construção de obras públicas, com destaque para as estradas de ferro. O desenvolvimento do ciclo da borracha na Amazônia levou muitos nordestinos, essencialmente os homens, a deixarem o Nordeste. Acrescenta-se a este fluxo migratório a necessidade de mão de obra pelas grandes obras no Sul do país (Ojima *et al.*, 2014). Por sua vez, Gonçalves (2014) relata que a cafeicultura em São Paulo se beneficiou com os migrantes das secas, sendo encaminhados às fazendas de café em consequência da demanda por mão de obra. O interesse era tanto que solicitaram mais do Ceará e também do Rio Grande do Norte, a que chamavam de trabalhadores nacionais e/ou caboclos. Na Grande Seca de 1877-1879, assim como nas secas do final de 1900 e início de 1901, o governo imperial pagou as despesas das passagens de trem no deslocamento dos retirantes para as fazendas do interior. Gonçalves defende que a maioria dos cearenses que migraram para São Paulo eram sobretudo grupos familiares, uma vez que os fazendeiros defendiam a migração familiar, por ser conveniente a combinação da mão de obra do homem, da mulher e dos filhos acima de sete anos. E a experiência nas lavouras de algodão do sertão cearense possibilitava a sua adaptação no trabalho dos cafezais. Em síntese, a “miséria e subvenção constituíram-se, assim, em elementos-chave na formação da força de trabalho da economia cafeeira paulista” (Gonçalves, 2014, p. 304).

Mas as políticas de ocupação e apoio aos retirantes não se davam somente fora da região afetada, do sertão nordestino. Durante a Grande Seca, no ano de 1878, o governo estadual do Ceará avançou com um projeto proposto pelo senador do Ceará, Tomás Pompeu de Souza Brasil, e depois concre-

tizado quando o senador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu se tornou presidente do Conselho de Estado da Coroa. O projeto Pompeu-Sinimbu pretendeu aproveitar a força de trabalho disponível durante as secas para realizar obras públicas. A implantação do projeto Pompeu-Sinimbu permitiu ao Ceará e ao Nordeste se desenvolverem, ocupando simultaneamente os flagelados. Na transição do século XIX para o XX, ocorreu o recrutamento dos retirantes como operários de construção das obras públicas – estradas de ferro e açudes. A sua utilização, segundo Cândido (2012), era uma prática para afastar as multidões de flagelados da “ociosidade” e uma imposição àqueles considerados aptos, para ter acesso ao socorro do governo.

Entre as iniciativas, foi retomada a intervenção do Governo Imperial na construção da Estrada de Ferro de Baturité (Ceará). A obra permitiu a contratação de cerca de 50 mil trabalhadores flagelados pela seca. A estrada de ferro de Sobral e outras ferrovias tiveram concessões aprovadas e contaram com o empenho do Imperador, vindo a receber a denominação de “ferrovias da seca”, pela função para as quais eram construídas, participando em quase todas as suas extensões os retirantes da seca. Da mesma forma, grandes açudes, como o do Cedro, em Quixadá, valeram-se de sertanejos em tempos de secas para sua construção. As elites viam nas obras de socorro público um meio privilegiado de auxílio aos retirantes porque os converteriam “de mendigos em trabalhadores” (Cândido, 2012, p. 177), geralmente recorrendo a eles para o trabalho mais desqualificado, o que aumentou o estigma sobre os retirantes, observa Cândido (2012). O autor dá conta igualmente de que essas obras eram um espaço disciplinador e violento, pelo fato de

que, quando as chuvas voltavam ao sertão, “uma debandada geral de trabalhadores retornava para os roçados, provocando nova ‘falta de braços’, dificultando e mesmo levando à interrupção os trabalhos nas obras” (Cândido, 2012, p. 190).

A partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1919 passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945 levaria à criação do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), foi possível melhorar a assistência aos flagelados, designadamente pela maior demanda de mão de obra para apoio às obras lançadas pelas referidas instituições, alargando as chamadas frentes de trabalho de contratação de flagelados, mantendo simultaneamente incentivos de migrações para a Amazônia. Na seca de 1958, meio milhão de pessoas foi posto a trabalhar em obras de emergência. O mesmo aconteceu com a seca de 1970, na qual o Governo criou mais de meio milhão de postos de trabalho, criando novas oportunidades no Nordeste, especialmente por meio dos projetos de irrigação e abertura de estradas aprovadas em 1971 pelo Programa de Integração Nacional (PIN) e pelo Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA). E em resposta à seca de 1979 a 1983 foram criados mais de três milhões de empregos temporários, com uma preocupação em evitar deslocamentos familiares; o problema é que os proprietários locais usaram sua rede de influências para obterem apoio para fins privados, alimentando o coronelismo e o paternalismo.

Nas últimas décadas não temos assistido à emigração das populações em momentos de secas, não por ausência de adversidade do clima (apesar de até outubro de 2020 vários municípios se man-

terem em situação de emergência em decorrência da seca que se iniciou em 2012)², mas devido ao conjunto de políticas públicas, umas mais de caráter infraestrutural, de tecnologias sociais, e outras de programas ao apoio social e agrícola às comunidades. Se é verdade que muito se espera da conclusão da transposição, em particular da chegada das águas ao Eixo Norte, é também verdade que o Programa 1 Milhão de Cisternas, da ASA – Articulação no Semiárido, garantiu autonomia hídrica às comunidades mais isoladas por vários meses (Ferreira, 2019). Por outro lado, tem sido fundamental a resposta por meio de programas como o Bolsa Estiagem, o Garantia-Safra, a aposentadoria rural e inclusivamente o Programa Bolsa Família. Sem esquecer que tem sido muito importante a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 como a primeira política agrícola nacional direcionada especificamente para agricultores familiares.

As políticas públicas têm buscado reduzir as desigualdades sociais e melhorar a condição de vulnerabilidade social do agricultor familiar, mas sem que um conjunto de estereótipos tenha desaparecido por completo. Não é apenas o retirante o visado, é todo o Nordeste. A região tem sido historicamente considerada atrasada, entregue a coronéis latifundiários do sertão cuja imagem, como afirma Francisco de Oliveira a partir da interpretação de Gilberto Freyre, “contrastava com as dos salões e saraus do Nordeste ‘açucareiro’” (Oliveira, 2008, p. 146), acentuando que as disparidades não eram apenas sociais, mas deixavam explícitas disparida-

des regionais, que a resposta ao desenvolvimento regional também buscou atenuar.

A pesquisa que realizamos busca identificar a imagem do retirante presente em diversas fontes históricas. O tópico seguinte recorre à literatura regionalista para retratar o emigrante nordestino fugido da severidade das secas, procedendo a uma síntese de referências em que a temática se tem feito presente em termos históricos, para depois dar voz a Rachel de Queiroz, José do Patrocínio, Raimundo Nonato, João Cabral de Melo Neto, Luiz Gonzaga e outros. A literatura e posteriormente a análise da mídia nos mostram como se consolidou a imagem do retirante na identidade nordestina, questões que veremos de imediato.

3.2. Representações dos emigrantes nordestinos na literatura

A literatura regionalista, incluindo o cordel, mas também a arte de uma forma geral, não tem sido indiferente à temática das secas e que contribui para a construção da identidade simbólica da região. Em 1775, no romance *O cabeleira*, Franklin Távora referiu-se a uma peste que assolou Pernambuco na sequência de uma seca abrasadora que provocou grande número de vítimas. Rodolfo Teófilo publicou a partir de 1884 vários volumes sobre a “História da Seca no Ceará” e em 1890 publicou *A fome*, considerado o primeiro grande romance que trata das secas no Nordeste. No início do novo século, merecem destaque *O quinze*, romance de Rachel de Queiroz, de 1930, em que narra a experiência vivida na sua

² Especificamente quanto à situação do Rio Grande do Norte, a Portaria nº 2.652, de 13 de outubro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, reconhece situação de emergência em 18 municípios do Estado (Brasil, 2020).

infância durante a grande seca de 1915, no Ceará, e *Vidas secas*, romance de Graciliano Ramos, publicado em 1938, no qual narra o percurso de uma família nordestina afetada pela seca e pelas desigualdades sociais à procura de melhores condições. Entre 1954 e 1955 seria a vez de João Cabral de Melo Neto escrever o poema *Morte e vida severina*, um livro de poesia regional modernista que conta a história do retirante Severino. Na pintura, os retirantes da seca foram retratados pela obra de Cândido Portinari. A xilogravura regionalista tem igualmente dado grande destaque à emigração nordestina.

Na literatura, o deslocamento das populações em busca de áreas com comida e trabalho, o trajeto tortuoso e desesperante no qual, assim como a seca, a fome ressurgia ciclicamente como surtos endêmicos, reduzindo o sertão a uma paisagem desértica e povoada de corpos e bichos magros, pode surgir pela caneta de escritores consagrados no momento ou futuramente, ou como relato de experiências individuais, como acontece com José do Patrocínio, em *Os retirantes*, romance publicado em 1889, que, para choque de muitos, expõe alguns dos problemas das secas, tais como o abandono e a corrupção, sobre o qual afirmava:

Foi a certeza de tais abusos o que levou o presidente a escassear as remessas de gênero e provimentos de dinheiro para o interior, visto como a impossibilidade da fiscalização fazia com que eles quase nada aproveitassem aos desgraçados.

A consequência da medida foi incomensuravelmente desastrosa. A fome deu alarma nas cidades, vilas e povoados, como nos mais humildes casais esparsos pelos tabuleiros e pelas charnecas do sertão, e o povo, rápido e ruidoso como a enxurrada, afluíu às estradas em demanda do litoral e da sede do governo (Patrocínio, 1889, s/p).

Na década de 1930, a escritora Rachel de Queiroz (1948) relata os acontecimentos na perspectiva da seca de 1915, no Estado do Ceará, em uma das mais famosas obras da literatura regional, *O quinze*. Nessa obra, Rachel de Queiroz apresenta de forma romanceada parte da sua experiência e de sua família obrigada a deixar o Ceará em busca da sobrevivência. Na primeira narrativa do livro, retrata os momentos de Chico Bento e família, retirantes que saem de Quixadá em direção a Fortaleza, com o objetivo de ir para o Amazonas, onde há extração da borracha, mas que embarcaram para São Paulo em busca de trabalho. São relatos permeados de indagações e observações, nas quais o retirante se depara com vida e morte ao longo do seu percurso. Desde a viagem a pé e de trem para Fortaleza, ele, a mulher, a cunhada e cinco filhos sofrem com a fome agressiva, a miséria e a morte. A autora usa de metáforas, como cabeças vazias e os joelhos agudos, para denotar as condições físicas; agachados de fraqueza e cansaço são como a lamparina moribunda, em metáfora com a chama da vida que se desgastou; o chão vermelho da estrada de Quixadá com as árvores negras e agressivas ao longo do caminho como sombras que são vencidas pela miséria e desespero; embriaguez da fome em noite escura, seca e limpa à margem da caatinga, como um manto de cinzas. Na geomorfologia característica do nordeste descrita pelas enormes escarpas de granito e altos pedregosos sente-se o calor. A procissão como marca da religião, em que a única aparência de vida eram o canto e o choro, se contrapõe ao verde esperançoso da caatinga quando se iniciam as chuvas.

Rachel Queiroz, ao denunciar a situação dos retirantes da seca de 1915, mostrou que as políticas continuavam assistencialistas e, sobretudo, que a

condição de precariedade dos retirantes era explorada para obter vantagem e sentido de dominação. A obra da escritora cearense foi a antecâmara dos novos campos de concentração em 1932, demarcados para supostamente defender a cidade de Fortaleza de uma possível invasão dos famintos. Esses campos, também conhecidos como currais do governo, eram construídos em lugares próximos às ferrovias em que aportavam retirantes do interior para assim impedir o seu acesso aos bairros mais ricos da cidade (Kenny, 2009). Martins & Kupermann (2017) mencionam ainda uma dimensão macabra dos dois campos ao redor de Fortaleza, que também serviram de vitrines para demonstrar a eficiência do poder público de governar e tratar a pobreza com as vestes de um moderno projeto humanitário.

Se pela mão do baiano Rodolfo Teófilo tivemos os primeiros testemunhos sobre os horrores das secas, em *A fome* (1890) e *Secas do Ceará* (1901), é por intermédio de Rachel de Queiroz que conhecemos a massa humana de velhos, homens, mulheres em seus molambos, crianças de feições petrificadas que sobreviviam encurralados. Além disso, o livro *O quinze* faz também uma denúncia de alguns dos problemas nacionais, entre os quais a corrupção no governo, o apadrinhamento, a carestia de produtos e as políticas assistencialistas prestadas aos retirantes. É nesse cenário que as histórias de Vicente e Conceição cruzam com as do vaqueiro Chico Bento: em primeiro plano se vê a figura do proprietário de fazenda e gado, Vicente, que queria manter o rebanho nas mais ásperas condições climáticas, mas também as histórias de Conceição, a professora que auxiliava no socorro aos retirantes que chegavam aos acampamentos organizados pelo governo, posteriormente reconhecidos como campos de concentração e aos quais nos referimos anteriormente. No

campo havia distribuição de comida, as habitações eram precárias, predominava o mau cheiro, cada dia chegavam mais retirantes e também morriam, mas sem perspectiva de emprego ou melhorias das condições de vida ocorria o aumento do número de pedintes nas ruas (Queiroz, 1948).

Com relação à seca de 1919, que afetou nomeadamente o Rio Grande do Norte, Raimundo Nonato deixou um testemunho impressionante no livro *Memórias de um retirante*, em que relata a sua vivência como retirante, quando ainda menino saiu com a família da cidade de Martins, interior do estado, em busca de meios de subsistência. O autor acabou se fixando na cidade de Mossoró, vindo a exercer várias ocupações. Em seu livro descreve vários momentos da viagem a pé, de que destacamos o seguinte extrato, que narra a partida forçada de Martins:

No percurso dos solitários viajantes não foi viva alma. Tudo era deserto e triste. Abandonado e ermo.

Ninguém quis dar notícias da partida dos infelizes retirantes. [...].

E por último, ao atravessar o derradeiro quarteirão da Rua baixa, deixando tudo quanto tinha de mais querido na vida, a cidade tinha desaparecido (Nonato, 1957).

Na década de 1950, João Cabral de Melo Neto (1954-55) escreve e publica *Morte e vida severina*, obra magistral em que relata o impacto da fuga da seca dos retirantes do sertão e agreste nordestino. Para fazê-lo, apresenta a trajetória de um dos muitos retirantes, chamados de Severinos, que migram para Recife através do rio Capibaribe; nesse entremeio, as paisagens descritas apontam o cenário social de

penúria de Severino e das atividades de engenho. As andanças de Severino mostram a vontade de interromper a viagem e procurar trabalho pelo caminho onde passa, mas mostram as desigualdades sociais e a similitude entre as histórias dos retirantes que saem com destino a Recife. Esta cidade recebe muitos migrantes provenientes da Paraíba e do sertão pernambucano, os quais vão direto às periferias, e eles sobreviveriam dos mangues. Percebemos pelas metáforas do autor a relação entre a chegada ao mar e a morte. Os retirantes são retratados como Severinos de forma geral porque apresentam semelhanças na vida cotidiana, no trajeto, na alimentação insuficiente, nos subúrbios em que vivem e na baixa expectativa de vida.

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida)
(Melo Neto, 2010, p. 69).

A temática da seca e os deslocamentos dos nordestinos estão igualmente presentes na literatura popular, com destaque para o chamado cordel, mas também na música. Em *Asa Branca*, Luiz Gonzaga consagrou o sertão e o retirante a todo o Brasil para ser cantado. Observe-se a segunda parte da letra, após na primeira se ter queixado a Deus deste nada fazer em face de tamanho calor e terra queimada, que o levou a perder tudo:

Que braseiro, que fornaia
Nem um pé de prantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Entonce eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe, muitas légua
Numa triste solidão...
(Gonzaga & Teixeira, 1947)

A exortação da identidade regional, o forte apego ao Nordeste, a saudade e a tristeza pela partida forçada se destacam entre as representações. Sem nunca esquecer o apelo a Deus e a elementos da cultura tradicional, como o São João.

Entre as representações são igualmente muito relevantes as apresentadas pela visão midiática, sobretudo por meio de jornais regionais, por relatarem o cotidiano das cidades do Nordeste brasileiro de onde saíam os retirantes e das cidades que os recebiam, revelando como as questões político-sociais perpassavam as diferentes esferas da política brasileira, na figura personificada da gestão pública e nas agendas institucionais em nível nacional. Essa representação é também resultado das posições de diversos atores sociais regionais, tanto por meio de entrevistas como de artigos assinados, assim como de poesia regional, por vezes experimentando o lugar de retirante ou propondo políticas de resposta. A mídia acaba sendo o palco em que o retirante ganha maior visibilidade, confrontando alertas e argumentos e dimensões da tragédia, como vamos mostrar a seguir.

3.3. Representações do retirante na mídia regional

O arquivo da mídia oferece-nos uma outra representação sobre o retirante e que constitui um importante repositório documental e de memória coletiva a que tem sido dada pouca atenção. No sentido de contribuir para o resgate desse registro, focamos sobre a temática a partir do jornal *Diário de Natal*, publicado durante décadas no Rio Grande do Norte. Através da Hemeroteca Digital Brasileira, realizamos pesquisa livre no acervo do jornal com base no termo “retirante” entre os anos 1939 e 1989. A coleta vem trazer novas representações à análise, que ilustramos quando justificado por imagens dos títulos das próprias notícias.

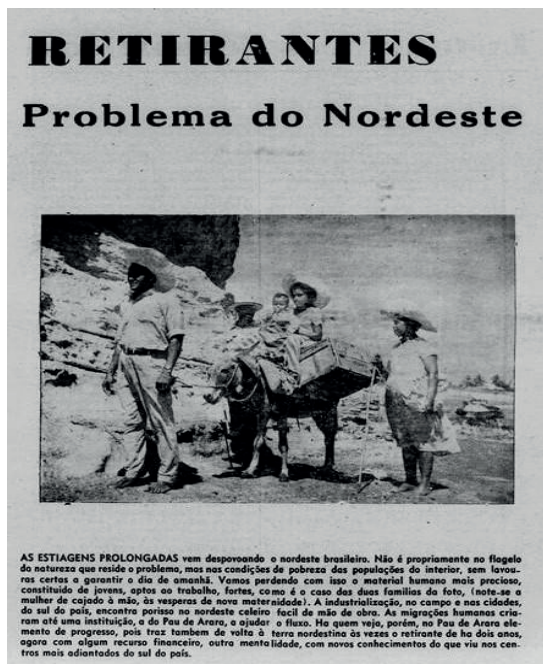


FIGURA 1 – Reportagem sobre a estiagem prolongada.
FONTE: *Diário de Natal*, 25/11/1964.

A seca, como grande problema regional, tem canal aberto na mídia, quer pela dramatização do efeito sobre os retirantes, em que o efeito catástrofe ganha relevo no agendamento midiático, quer pela atenção social e política do tema, abrindo espaço à sua intervenção e às medidas emergenciais tomadas. A seca de 1958 deu destaque especial aos retirantes, foi uma seca de apenas alguns meses, mas surge marcada pela transformação do olhar sobre o Nordeste, após em 1956 o presidente Juscelino Kubitschek ter criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), nomeando Celso Furtado para a coordenação. A preocupação não era apenas com a seca, o objetivo do GTDN era desenvolver o Nordeste com base na industrialização, elaborando o relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Em 1958, o presidente visitou a região, dando muita atenção à ajuda aos retirantes e, no ano seguinte, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Sobre o dramatismo da mídia, as notícias de 2 e 3 de abril de 1958 espelham, respectivamente, “Flagelados caindo de fome nas ruas de nossa capital” (Figura 2) e “Retirantes gritavam que estavam morrendo de fome”, nesse caso referindo-se à chegada em massa de retirantes à cidade de Guarabira, na Paraíba, reclamando víveres e gritando estar com fome. Entre outras manchetes, destacamos: “Fugitivos da seca continuam chegando do sertão potiguar” (DN, 14/3/1958), assim como “Sertanejos fogem da inclemência da sêca” e “Avoluma-se a chegada de fugitivos da sêca” (DN, 17/3/1958), a primeira sobre o caminho do Sul na fuga à seca e a segunda dando conta da chegada sucessiva de retirantes a Natal. Se é verdade que diversas notícias dão conta dos rastreios de saúde aos retirantes, de

modo a evitar a proliferação de doenças por toda a população, o apoio continuou faltando. A notícia do *Diário de Natal* de 10/01/1965 dizia isso mesmo, que os “Retirantes do interior em Natal continuam vítimas do desamparo”.



FIGURA 2 – Manchete sobre a chegada dos retirantes à cidade de Natal/RN.

FONTE: *Diário de Natal*, 02/04/1958.

Sobre o destino dos retirantes e as condições em que saíam de suas cidades encontramos vários exemplos. Em um deles, o jornal *Diário de Natal*, na sua edição de 18 de setembro de 1939, relata a tentativa de um grupo de retirantes cearenses querendo chegar à Paraíba e conseguir ajuda. Com a manchete de primeira página “Urubús atacam nas estradas os corpos tombados por inanição, mas vivos” (Figura 3), o artigo relata de forma dramática essa viagem, descrevendo episódios de suicídio no desespero da seca e da fome, os navios que não chegam com comida e levam ao aumento do preço de produtos alimentares, mais elevado distante das cidades. Durante a viagem são os urubús que tomam conta dos corpos deitados, sem temor se estão mortos ou vivos.

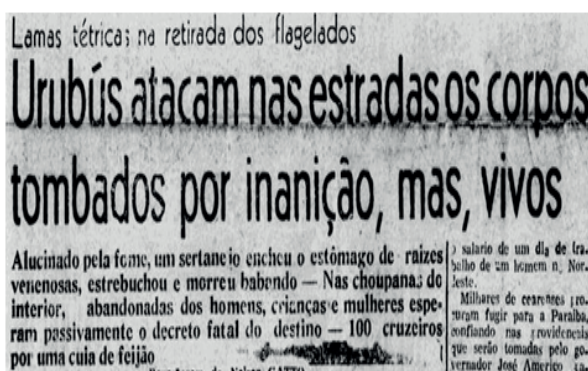


FIGURA 3 – Artigo sobre episódios de deslocamentos dos nordestinos.

FONTE: *Diário de Natal*, 18/09/1939.

Na seca de 1939 já se discutia o problema dos atravessadores e vendedores de promessas que acabavam enganando quem necessitava de ajuda. A notícia, também de 18 de setembro de 1939, destaca o que chama de indústria do transporte em caminhões e a necessidade de combater traficantes e agenciadores que transformam uma ilusão num drama ainda maior. Um problema que, segundo a notícia, não era recente, mas ter-se-á agravado com a abertura da estrada Bahia-Rio de Janeiro. Na resposta, existia uma preocupação em garantir trabalho para os homens.

Durante a seca de 1951, foi grande a migração para o Sul. Na notícia de março de 1951, a comunicação social deu sobretudo conta do número de atingidos pela seca que tiveram como destino o Estado de São Paulo. Segundo a manchete, em janeiro e fevereiro chegaram ao estado, respectivamente, 14 mil e 15 mil flagelados, o que constituía uma enorme preocupação em face da falta de assistência. Cerca de um mês depois, o drama continua e com tendência para aumentar. A notícia publicada em 24 de abril de 1951 teve de novo destaque principal

no *Diário de Natal*. Tendo como título principal “Milhares de nordestinos entregues à própria sorte encham cidades do sul” e subtítulo “Como vítimas da deshumanidade de indivíduos sem escrúpulos os flagelados vivem um drama terrível”, a publicação dá conta de várias ações que agravam a condição de fragilidade dos retirantes. Citamos alguns exemplos: “ação desumana de indivíduos inescrupulosos que oferecem dinheiro a alguns retirantes para que deixem suas filhas moças e esposas em sua companhia”; “crianças gritando de fome e desabrigadas, enquanto milhares de mulheres, muitas em estado de gravidez, deitam-se pelas calçadas onde amanhecem e anoitecem”; por outro lado, certos comerciantes aproveitam a oportunidade para aumentar os preços de gêneros, chegando mesmo a vender uma lata d’água por dez e quinze cruzeiros e alugar árvores para a dormida dos retirantes. Os dois últimos relatos são da cidade de Monte Azul, região de São Paulo, mas repetiam-se por todo o Brasil.

A exploração da borracha da Amazônia, mas também a mineração e a construção de açudes e estradas de ferro, integravam igualmente a resposta à seca por meio da criação de emprego. A notícia do dia 27 de março de 1951, com o título “Já não existe flagelados em Santana do Matos”, indica no subtítulo a existência de “Trabalho para os retirantes nas minas locais. Reunião de governadores, segunda-feira em Recife”. A notícia de 27 de dezembro de 1958 descreve participação dos retirantes no ciclo da borracha, na Amazônia, informando que em menos de 10 dias 2.430 retirantes da seca chegaram à Amazônia. A notícia diz ainda que esse número fazia parte de um grupo de 10.030 cearenses que se encontravam na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, e que em desespero saquearam a cidade para que conseguissem algo para comer.

O estereótipo que recaía sobre figura do retirante pode derivar de situações concretas de desespero, mas que se alargava a outras dimensões. O retirante no meio da tragédia era o nordestino que se via despojado de comida e de esperança, que, ao entrar em desespero, alimentava a ideia da culpa da ocorrência de roubos e da desordem pública. Uma das imagens do retirante é dada pelo poeta Orilo Dantas, que o *Diário de Natal* chama de Oiticica (DN, 28 de maio 1976). Diz o poeta: “O retirante faminto, rasgado de pé no chão, é o retrato distinto do ressequido sertão”.

Mas esse é campo fértil não só nessa exaltação do sofrimento e da resistência do nordestino, mas também no estereótipo. Na sua edição de 28 de março de 1948, o DN publica um artigo mais abrangente do já citado Raimundo Nonato sobre o êxodo rural que afeta o sertão, mas no qual o autor deixa um “retrato dos sertões, na época tormentosa das secas”:

Exposto, deste modo, à inconstância da estação chuvosa, o braço forte do trabalhador rural, tão necessário à expansão de nossa rudimentar agricultura, deserta do rincão adusto, desgarrando-se dos sítios e da terra de plantar, e como força inútil na região onde o trabalho já não produz mais seus rendimentos, o homem transforma-se no pária, no retirante que percorre as estradas, desesperado, morrendo de fome à vista da sua Canaan abandonada... (DN, 28 de março de 1948).

A imagem estereotipada dos retirantes está presente no trato e em toda uma imagética negativa, que o associa por vezes a bandido, outras a monstro ou apenas indigente. Num exemplo, o *Diário de Natal* busca desmitificar essa construção por meio da publicação de um pequeno conto – O conto do domingo. Pedro Justino. Conto de Aluísio Furtado –

que em uma das partes relata o encontro do retirante Pedro Justino com uma criança da cidade de Natal:

– Cuma vai o patrãozinho? Tá bão?

Fiquei parado, imóvel, sem forças para fugir, os olhos pregados que eu mesmo sentia estar querendo saltar das órbitas. Os amiguinhos haviam fugido todos e eu estava agora sozinho, frente a frente com um homem que “come figo de menino”. Mas, pouco e pouco, fui compreendendo que aquela voz não podia ser de má gente:

– Qual nada, meu santinho! Justino não faz mal a ninguém, Justino pede esmola. Justino tem fome (DN, 6 de fevereiro de 1949).

Se o retirante faminto, homem pária, rasgado de pé no chão, é o retrato distinto do ressequido sertão (DN, 28/05/1976), a seca representava igualmente o regresso dos *paus de arara* à estrada em direção ao Sul. Viaturas de caixa aberta, sem condições e com nordestinos amontoados, que pagavam para se deslocarem para estados como São Paulo, Minas e o Paraná, em família, com crianças de todas as idades (DN, 08/04/1958).

4. Considerações finais

O artigo apresenta elementos que nos permitem refazer o perfil do tradicional retirante da seca do sertão nordestino de modo que se possa acrescentar conhecimento sobre o fenômeno e contribuir para a resiliência das comunidades. O recurso a diversas fontes permitiu fundamentar essas representações, trazendo vários exemplos e argumentos. Não trou-

xemos no artigo a fala de retirantes, mas por meio da mídia foi possível identificar o dramatismo real do fenômeno por diversas vezes publicado na primeira página do *Diário de Natal*. A mídia contribuiu para denunciar os episódios degradantes – humilhação, fome, doenças, morte – dos emigrantes nordestinos, mas também na construção negativa – imagem estereotipada, preconceito, indigente –, ao mesmo tempo em que busca a desconstrução desta imagem negativa, por meio de notícias ou pequenos contos, esforçando-se por mostrar que eram membros da comunidade precisando da solidariedade de todos e que sua condição de fragilizados não os destituiu de relevância social. Por sua vez, a literatura traz a experiência narrada e a perpetuação do lugar do retirante no drama social e político do Nordeste, mas também seu enraizamento nas expressões culturais mais populares e mais eruditas da região, contribuindo como elemento de identidade regional.

A literatura sobre a temática das migrações, a pesquisa e a preocupação contemporânea sobre a mudança climática deixam igualmente elementos que merecem aprofundamentos futuros. Somente uma pesquisa em escala local permitirá reconstruir a memória desses retirantes, do destino a que rumaram e se o retorno acontecia efetivamente após cada seca no caso de se tratarem de migrações climáticas sazonais. As políticas públicas gradualmente implementadas rechaçaram o fluxo; por outro lado, os movimentos sociais e políticos têm reivindicado o fim de antigas relações de dominação. As projeções climáticas não afastam o ressurgir do problema, nem da forma desigual como podem afetar comunidades e municípios, o que constitui um motivo mais para se colocar o tema dos retirantes nordestinos ou refugiados ambientais na agenda de pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Federal do Rio Grande do Norte por ter confiado nesta pesquisa, com a aprovação do projeto Memória Social, Políti-

Referências

- Alencar, E. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. *Teoria & Pesquisa*, 16(2), 95-110, 2007. doi: 10.4322/tp.v16i2.108
- Barbieri, A. F. Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [Internet]*, 19(36), 95-112, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042013005>>.
- Brasil. Portaria nº 2.652, de 13 de outubro de 2020. Ministério do Desenvolvimento Regional. Reconhece situação de emergência em 18 municípios do Estado. Edição: 198, seção: 1, página 70. Brasília: DOU 15/10/2020.
- Brito, B. Refugiados ambientais ou pessoas ambientalmente deslocadas. *Conjuntura Internacional*, JANUS, 52-53, 2016. Disponível em: http://repositorio.ual.pt/bits-tream/11144/2931/1/1.22_Brigida_Brito_Refugiados.pdf
- Cândido, T. A. P. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (1877-1919). *Mundos do Trabalho*, 3(6), 176-193, 2012. doi: 10.5007/1984-9222.2011v3n6p176
- Claro, C. de A. B. O conceito de Refugiado Ambiental. In: Jubilut, L. L. et al. (Orgs.). *Refugiados Ambientais*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 69-100.
- Correia, I. A.; Ojima, R. Emigração e imobilidade no nordeste brasileiro: adaptação ou resistência? *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 3(38), 2018. doi: 10.21452/rde.v3i38.5080
- Cunha, A. P. et al. Extreme Drought Events over Brazil from 2011 to 2019. *Atmosphere*, 10(11), 642, 2019. doi: 10.3390/atmos10110642
- cas Públicas e Estratégias Locais de Enfrentamento da Seca, de que este artigo é parte. Agradecemos igualmente aos bolsistas voluntários do referido projeto.
- Cunha, E. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [1902] 2016.
- Diário de Natal. Várias edições, com datas indicadas no corpo do texto.
- Ferreira, J. G. A transposição das águas do Rio São Francisco na resposta à seca do Nordeste brasileiro. Cronologia da transformação da ideia em obra. *Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, 1(2), 53-72, 2019. doi: 10.1177/0725513618822419
- Gonçalves, P. C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. *Revista Brasileira de História*, 34(67), 283-308, 2014. doi: 10.1590/S0102-01882014000100013
- Gonzaga, L.; Teixeira, H. *Asa Branca*. 1947. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/asa-branca.html>>.
- IDMC. *GRID - The Global Report on Internal Displacement*. Internal Displacement Monitoring Centre/Norwegian Refugee Council, 2019. Disponível em: <<https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2019/>>.
- IPCC. Summary for Policymakers. In: Masson-Delmotte, V. et al. (Eds.). *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*, 2019. p. 3-24. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_Low_Res.pdf>.

- Kenny, M. L. Landscapes of memory: concentration camps and drought in Northeastern Brazil. *Latin American Perspectives*, 36(5), 21-38, 2009. doi: 10.1177/0094582X09341977
- Maciel, M. *Nordeste: o semiárido*. 4 Ação Parlamentar. Brasília, 1983. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496231/000064296.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.
- Marengo, J. A.; Alves, L. M.; Beserra, E. A.; Lacerda, F. F. Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. In: Medeiros, S. S. et al. (Eds.). *Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas*. Campina Grande-PB: Instituto Nacional do Semiárido, p. 383-422, 2011.
- Marengo, J. A.; Torres, R. R.; Alves, L. M. Drought in Northeast Brazil – past, present, and future. *Theoretical and Applied Climatology*, 129(3-4), 1189-1200, 2016. doi: 10.1007/s00704-016-1840-8
- Marques, É. A. T.; Oliveira, L. J. de. Mudanças climáticas no Nordeste Brasileiro e refugiados ambientais. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 9(4), 965-984, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/download/233696/27273>>.
- Martins, K. P. H.; Kupermann, D. Fome: o umbral da vergonha. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, 9(2), 199-209, 2017. doi: 10.18379/2176-4891.2017v2p.199
- Melo Neto, J. C. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Objetiva, [1955] 2010.
- Menezes, D. *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Rio de Janeiro: Artenova, [1937] 1970.
- Neves, F. C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. 21(40), 107-129, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100006&script=sci_arttext&tlng=pt>.
- Nonato, R. *Memórias de um retirante*. Pongetti. Coleção Mossoroense, 1957 e 1987. Disponível em: <<https://colecaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/Mem%C3%B3rias-de-um-Retirante.pdf>>.
- Ojima, R.; Costa, J. V.; Calixta, R. K. Minha vida é andar por esse país...: a emigração recente no semiárido setentrional, políticas sociais e meio ambiente. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22(43), 149-167, 2014. doi: 10.1590/1980-85852503880004310
- Oliveira, F. *Noiva da Revolução/Elegia para uma Re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Pacífico, A. P.; Araújo Neto, R. A. L. de. Os deslocados ambientais do Sertão do Nordeste Brasileiro. In: Jubilit, L. L. et al. (Orgs.). *Refugiados Ambientais*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 494-534.
- Patrocínio, J. *Os retirantes*. 1889. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7551>.
- Queiroz, R. de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olímpio, [1930] 1948.
- Roy, J. et al. Sustainable Development, Poverty Eradication and Reducing Inequalities. In: Masson-Delmotte, V. et al. (Eds.). *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas mission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*, 2019. p. 445-538. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_Low_Res.pdf>.
- Sales, A. G.; Oliveira, R. M. F. Proteção internacional aos refugiados ambientais. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, 5(2), 18-34, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/288182277.pdf>
- Souza, E. *O calvário das secas*. Natal: EDURFN, 1909 e 2019.
- UNESCO, UN-Water. *United Nations World Water Development Report 2020: Water and Climate Change*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372985/PDF/372985eng.pdf.multi&sa=D&ust=1585252024115000&usg=AFQjCNFLYSeC819Le8bNekX75gjhyvprqQ>>.